O PAPEL DO ESTADO NA RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DA DINÂMICA ECONÔMICA NO CENTRO-OESTE BRASILEIRO

THE ROLE OF THE STATE IN THE TERRITORIAL RECONFIGURATION OF THE ECONOMIC DYNAMICS IN THE BRAZILIAN MIDWEST

EL PAPEL DEL ESTADO EN LA RECONFIGURACIÓN TERRITORIAL DE LA DINÁMICA ECONÓMICA EN EL MEDIO OESTE BRASILEÑO

Umberto de Andrade Filho
Universidade Federal da Grande Dourados
umbertoandrade008@gmail.com

RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo compreender o papel do Estado como organismo indutor de Políticas Públicas que reestruturaram as relações territoriais nas últimas décadas e suas consequências gerais na organização produtiva do Centro-Oeste brasileiro. O texto se coloca como análise introdutória sobre o tema proposto e tem como justificativa a importância de atentarmos sobre o papel desempenhando pela instituição na organização territorial do espaço geográfico do Cerrado brasileiro. Para composição do trabalho utilizamos referencias que trabalharam o tema e auxiliaram na composição teórica da discussão exposta no decorrer do trabalho.

Palavras-chave: Estado. Políticas públicas. Centro-Oeste. Cerrado. Transformações territoriais.

ABSTRACT:

This paper aims to understand the role of the State as an inducing organism of Public Policies that have restructured territorial relations in recent decades and its general consequences on the productive organization of the Brazilian Midwest. The text stands as an introductory analysis on the proposed theme and is justified by the importance of paying attention to the role played by the institution in the territorial organization of the geographical space of the Brazilian Cerrado. For the composition of the work we used references that worked on the theme and helped in the theoretical composition of the discussion exposed in the course of the work.

Keywords: State. Public policies. Midwest. Cerrado. Territorial transformations.

RESUMEN:

Este artículo tiene como objetivo compreender el papel del Estado como organismo inductor de Políticas Públicas que han reestructurado las relaciones territoriales en las últimas décadas y sus consecuencias generales en la organización productiva del Medio Oeste brasileño. El texto se erige como um análisis introductorio sobre el tema propuesto

y se justifica por la importância de prestar atención al pepel desempeñado por la institución en la organización territorial del espacio geográfico del Cerrado brasileño. Para la composición del trabajo se utilizaron referencias que trabajaron sobre el tema y ayudaron en la composición teórica de la discusión expuesta em el curso del trabajo.

Palabras clave: Estado. Políticas públicas. Medio Oeste. Cerrado. Transformaciones territoriales.

INTRODUÇÃO

O interesse em investigar o papel do Estado nas transformações econômicas ocorridas no Centro-Oeste brasileiro, surgiu a partir da aula intitulada como "Políticas de Desenvolvimento Regional do Cerrado e da Amazônia" que foi ministrada durante a disciplina interinstitucional "Dinâmica Territorial do Cerrado e da Amazônia". Durante o curso foram apresentadas discussões referentes ao Estado como instituição determinante no processo de capitalização do território e na reestruturação territorial do bioma Cerrado. Com isso, o presente trabalho traz consigo contribuições de caráter introdutório sobre o papel do Estado na reconfiguração territorial da dinâmica econômica no Centro-Oeste brasileiro, a partir das discussões apresentadas no curso.

Como ponto de partida, realizamos pesquisa bibliográfica com intuito de analisar os impactos econômicos, políticos e sociais ocasionados no território diante da expansão do plantio de monoculturas altamente capitalizadas no Centro-Oeste durante o século XX e início do XXI.

Os avanços técnicos e o processo de financeirização do território desempenhou papel crucial na reconfiguração do arranjo produtivo que se territorializou economicamente no Centro-Oeste e em grande parcela do bioma Cerrado.

O texto conta com três partes, sendo elas: essa breve introdução sobre o tema; em seguida apresentamos algumas discussões sobre o papel do Estado diante das transformações econômicas ocorridas no Centro-Oeste e, por fim, temos a conclusão com considerações gerais obtidas durante a investigação sobre os impactos relacionados a reestruturação produtiva da região.

v. 14, n. 27, 2023 - ISSN 2176-9559
REL/DOI 10.30612

O ESTADO COMO INSTITUIÇÃO DISCIPLINADORA DA ORDEM TERRITÓRIAL

Como ponto de partida, consideramos que o Estado-Nação se formou mediante o surgimento do modo de produção capitalista e da burguesia industrial na Europa Ocidental. Com isso, o Estado Moderno surge como instituição jurídica a partir de um projeto político-territorial de interesses burgueses que emergem das relações de produção, como aponta Santos (2020).

Compreender o surgimento do Estado como processo histórico e social auxilia no discernimento da realidade contemporânea. Para analisar quais são os interesses que estão por trás de algumas políticas públicas orquestradas pelo Estado com o objetivo de fomentar desenvolvimento econômico no Centro-Oeste, torna-se necessário observar os interesses das classes hegemônicas presentes na região.

Os processos históricos presentes na formação territorial brasileira deixaram marcas de heterogeneidade nas diferentes macrorregiões do país. Os processos se acumulam de maneira desigual no desenvolvimento das forças produtivas de cada região.

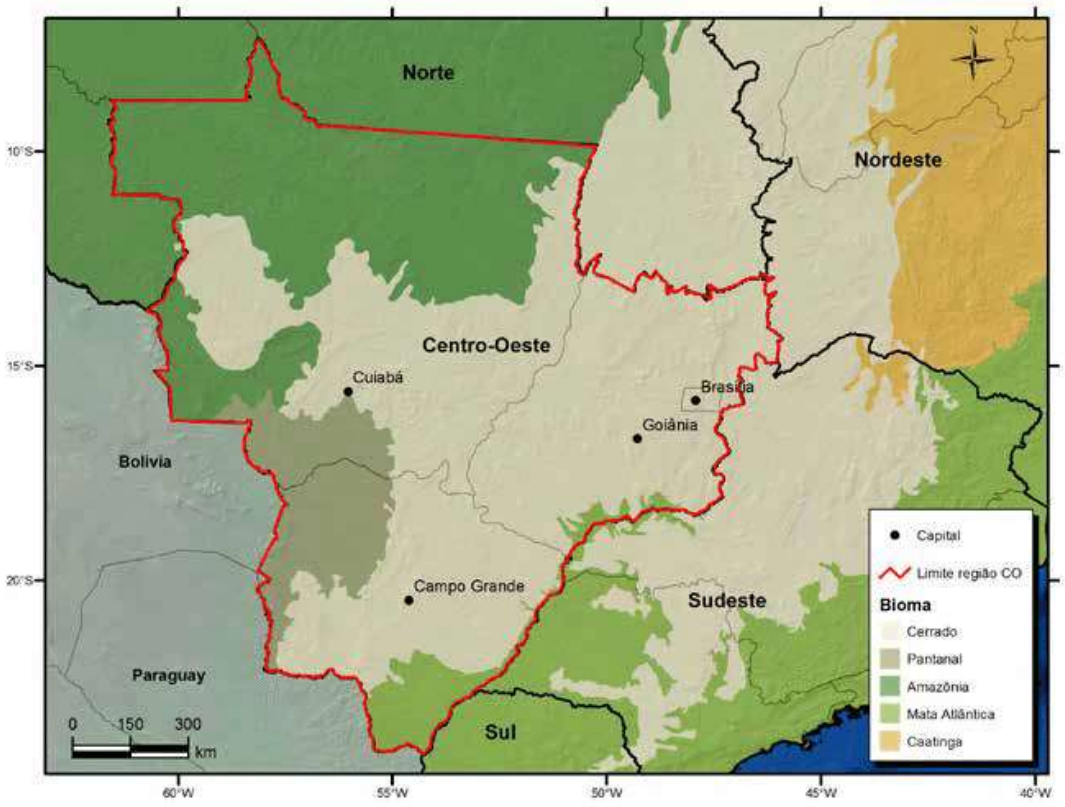
A macrorregião do Centro-Oeste, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) é composta por três estados e pelo Distrito Federal. Os estados que compõe a região são Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com ela tem uma área total de 1.606,371 km², onde residem 14.058.094 habitantes (Figura 1). A região passou por diversas transformações estruturantes na sua dinâmica produtiva durante o século XX.

Em meados do século passado, o desejo de integração nacional, expansão das fronteiras econômicas e as políticas de colonização territorial, como exemplo, o programa chamado de Marcha para Oeste, idealizado pelo presidente Getúlio Vargas, distribuiu terras públicas na região para estimular o contingente demográfico e fortalecer a ocupação capitalista das zonas fronteiriças do país.

De modo geral, destaca-se como particularidade histórica comum da região, a predominância de uma dinâmica econômica com forte presença da pecuária extensiva e baixa diversificação econômica.

v. 14, n. 27, 2023 - ISSN 2176-9559
REL/DOI 10.30612

Figura 1 – Região Centro Oeste e Biomas.



Organizado por Walter et al (2018).

Segundo Oliveira *et al*., (2000), a partir da década de 1960, o Cerrado passou por uma reestruturação enquanto espaço para que pudesse servir a dinâmica capitalista.

Anteriormente desenvolvimento técnico para cultivo em larga escala, o solo do bioma era considerado ácido demais e impróprio para o plantio de soja e milho que hoje predominam na produção do Cerrado.

Com o avanço dos estudos técnico-científicos realizados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), criada em 1973 pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, foi reconhecido por meio de pesquisas e experimentos científicos que o uso de calcário para correção do solo e a utilização de pesticidas para combater pragas nocivas ao cultivo tornava o bioma propício para o plantio extensivo de grãos profundamente ligado ao processo de valorização do capital.

De acordo com Goldenstein e Seabra (1982) a partir de meados da década de 1950 o Centro-Oeste começou a configurar-se como extensão da agricultura do sudeste, dessa forma, a região especializou-se no fortalecimento de produtos alimentícios e matérias-

v. 14, n. 27, 2023 - ISSN 2176-9559
REL/DOI 10.30612

primas com produção inicial direcionada a atender demanda de centros-urbanos internos e externos após o fim da segunda Guerra Mundial, assim, acentuando a divisão regional do trabalho do Brasil, visto que nesse período a região sudeste passara pela expansão da atividade industrial.

Diante do processo de expansão da produtividade de lavouras de soja e milho no Cerrado, simultaneamente, o Estado passou a desenvolver projetos de infraestrutura para a região, como o exemplo, rodovias e hidrovias permitindo melhor escoamento da produção (Figura 2); Algo que Lamoso (2018) descreve "é parte da estratégia de acumulação das grandes corporações subordinar o planejamento estatal a seus interesses na definição de eixos de circulação e implantação de infraestruturas de transporte e energia, principalmente" (LAMOSO, 2018, p.3).

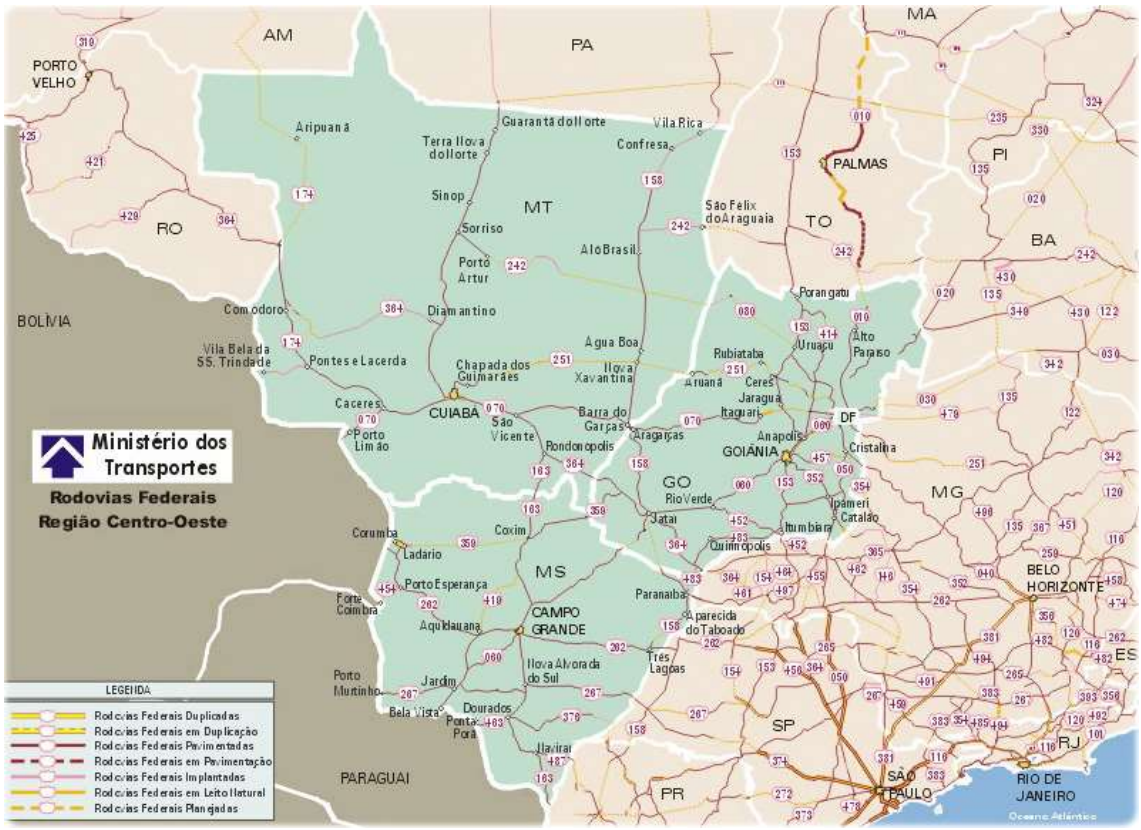
Nesse contexto, criou-se centros de pesquisas nos principais centros urbanos da região para aperfeiçoar técnicas de cultivo; incentivou a chegada de comércios e serviços especializados nacionais e transnacionais; além de criar cursos específicos voltados ao setor em universidades públicas e privadas com o objetivo de qualificar a mão-de-obra. Elias (2011) ao investigar as Regiões Produtivas Agrícolas (RPAs) corrobora o argumento ao constatar que:

> As cidades adjacentes à produção agropecuária modernizada abrigam agentes de diferentes circuitos da economia urbana para atender às exigências do campo modernizado, desde a pequena casa de comercialização de ferramentas para reparos no maquinário agrícola, caminhoneiros autônomos e sedes modestas de sindicatos rurais, até grandes concessionárias de empresas transnacionais de colhedoras e plantadoras, *tradings* agrícolas, agroindústrias, bancos, escritórios de influentes associações setoriais e sindicatos patronais, empresas de logística, centros de pesquisa biotecnologia, e toda a gama de agentes que prestam serviço de veterinária, agronomia, engenharia genética, administração, meteorologia etc. (ELIAS, 2011, p. 159).

Os projetos de desenvolvimento no Centro-Oeste desenvolveram as estruturas produtivas presentes no território, assim, permitindo maior reprodução do capital dos grupos hegemônicos do setor agrário na região.

v. 14, n. 27, 2023 - ISSN 2176-9559
REL/DOI 10.30612

Figura 2 – Rodovias Federais no Centro-Oeste



Organizado por Ministério dos Transportes (BRASIL, 2023).

O Fundo Constitucional do Centro-Oeste foi instituído pelo artigo 159 da Constituição Federal de 1988, com o objetivo de contribuir para a redução das desigualdades regionais, no entanto, os recursos provenientes do fundo acabaram servindo aos interesses dos grupos hegemônicos da região e reforçaram as dinâmicas já presentes no território, desse modo, os recursos, em sua maioria, serviram para aprofundar a especialização produtiva de commodities. “O Estado viu seu papel de articulador, promotor e coordenador de projetos de desenvolvimento regional perder espaço para a lógica de acumulação de capital” (PIRES, QUAGLIO e PORTUGAL, 2022, p.16).

Ciente da capacidade forjada pelo setor do agronegócio decorrente da estrutura fundiária, do poder político e da demanda externa crescente por bens primários, no ano de 1996, o então ministro do planejamento Antônio Kandir protocolou a Lei Complementar 87. Ela estabeleceu a isenção em uma série de impostos e encargos

v. 14, n. 27, 2023 - ISSN 2176-9559
REL/DOI 10.30612

federativos para exportações de bens primários[1], ou seja, a produção feita em vasta área do território nacional poderia ser exportada e os lucros obtidos voltariam aos produtores sem taxação de impostos, algo que no mínimo, apresenta o interesse e força política da classe agraria/ruralista nacional.

Com o processo de expansão da demanda externa pelos produtos primários direcionada, principalmente, para o leste asiático após a abertura econômica ocorrida a partir da década de 1990[2], os produtores buscaram aumentar sua produtividade por meio de melhores técnicas de plantio e melhoramento genético, no entanto, simultaneamente, os conflitos socioambientais se agravaram devido a expansão do espaço agrícola no bioma do Cerrado, expansão essa que incluiu elevados índices de desmatamento e conflitos agrários no período.

Nesse contexto, o Centro-Oeste tornou-se o principal eixo de expansão agrícola no cenário nacional, a produtividade das safras bate recordes cuja produção, em sua maioria, é direcionada ao mercado externo e é escoada por rodovias federais até os portos litorâneos. Como consequência desse processo "a vulnerabilidade de regiões funcionais atreladas aos mercados internacionais, sempre sujeitas a fatores externos que não podem controlar e nem mesmo prever" (CASTILHO E FREDERICO, 2010, p. 23).

Diante desse cenário econômico e político de especialização produtiva, torna-se necessário construir uma consciência política de que "há necessidade de uma agenda para uma política nacional de desenvolvimento regional que dê suporte aos avanços sociais e seja capaz de fomentar a diversidade de recursos humanos, culturais e produtivos existentes nas regiões brasileiras" (BRANDÃO, 2020, p. 38).

1 Mais informações sobre a Lei Kandir estão disponíveis em: https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/lei-kandir.

[2] Benetti (2006, p. 77) ao investigar as características do Boom exportador do mercado brasileiro a autora escreve que: A constatação mais geral e importante que resultou dessa investigação sobre as exportações do País na fase de liberação do comércio e de integração da economia brasileira à mundial é a de que não houve alterações, no geral, na estrutura desse comércio em benefício dos produtos manufaturados. Ao contrário, manteve-se a participação alta, e até crescente, das vendas externas associadas às atividades extrativas agrícolas e minerais e, dentre essas, das de relativamente baixo grau de transformação industrial.

v. 14, n. 27, 2023 - ISSN 2176-9559
REL/DOI 10.30612

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se que o Centro-Oeste brasileiro passou e continua passando por intensas transformações ambientais, econômicas e sociais por meio de políticas públicas estruturantes que resultaram na intensa capitalização do território e na expansão do processo produtivo voltado ao setor agroexportador de *commodities* durante as últimas décadas.

Por consequência, com a dinamização do capital agrário e a reestruturação forjada na região, o poder político e a máquina estatal passaram a reforçar os interesses próximos aos grupos hegemônicos.

Outro agravante decorrente do processo expansão da monocultura no cerrado brasileiro é o impacto ambiental causado no bioma. O processo de assoreamento de rios e perda da vegetação nativa coincidem com o período de expansão da cultura de grãos no Centro-Oeste.

Acreditamos que "não pode haver espaço para o negacionismo climático no âmbito da política econômica-ambiental-social brasileira se desejarmos de fato adentrarmos no século XXI" (SILVA, FIALHO, ROCHA, 2022, p.72).

Como síntese, a região Centro-Oeste vem passando por diversas transformações socioambientais, culturais e econômicas dirigidas pela burguesia regional orquestrada por meio do Estado nas últimas décadas. Portanto, para que a região Centro-Oeste inicie, de fato, o processo de desenvolvimento econômico e social que preze pela melhor qualidade de vida para seus habitantes, com menor concentração de renda, há necessidade de construir maioria política progressista nas representações político-partidárias que sejam capazes de pensar soluções ambientais, econômicas e sociais por meio do Estado, visto que, o mesmo é uma instituição que emerge como campo de disputa de classes sociais e segue como tal, como foi possível observar o potencial que a instituição tem ao ditar a dinâmica econômica e territorial na região.

v. 14, n. 27, 2023 - ISSN 2176-9559
REL/DOI 10.30612

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. A. **Dinâmicas e transformações territoriais recentes**: o papel da PNDR e das políticas públicas não regionais com impacto territorial. In: MONTEIRO NETO, A. (org.). Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas. Rio de Janeiro – RJ: IPEA, 2020

BENETTI, Maria Domingues. **Boom exportador**: ruptura ou continuidade do padrão de comércio brasileiro? Revista Estudos de Planejamento, Rio Grande do Sul, v. 1, n. 34, p. 75-88, jul. 2006. Disponível em: https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/viewFile/1445/1809. Acesso em: 28 jan. 2023.

BRASIL. Ministério dos Transportes. Rodovias Federais Região Centro-Oeste. **Guia Geográfico Mapas do Brasil**, 2023. Disponível em: www.mapas-brasil.com/centro-oeste.htm. Acesso em: 22 jan. 2023.

CASTILLO, R.; FREDERICO, S. **Dinâmica regional e globalização**: espaços competitivos agrícolas no território brasileiro. Mercator, v. 09, n. 18, p. 17-26, 30 maio 2010. Mercator - Revista de Geografia da UFC. http://dx.doi.org/10.4215/rm2010.0918.0002.

ELIAS, Denise. **Agronegócio e novas regionalizações no Brasil**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, *[S. l.]*, v. 13, n. 2, p. 153, 2011. DOI: 10.22296/2317-1529.2011v13n2p153. Disponível em: https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/400. Acesso em 03 fev. 2023.

GOLDENSTEIN, Léa; SEABRA, Manoel. DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO E NOVA REGIONALIZAÇÃO. **Geography Department, University Of Sao Paulo**, [S.L.], p. 21-47, 1982. Universidade de São Paulo, Agencia USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). http://dx.doi.org/10.7154/rdg.1982.0001.0002.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades e Estados, 2022. Disponivel em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ms.html. Acesso em: 22 jan. 2023.

PIRES, M. J. de S.; QUAGLIO, Gislaine de Miranda; PORTUGAL, Rodrigo. **Alcances, limites e avanços do fundo constitucional de financiamento do centro-oeste**: uma análise espaço-estrutural das regiões imediatas do estado de mato grosso do sul**.** Texto Para Discussão**,** p. 1-53, 19 out. 2022. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. http://dx.doi.org/10.38116/td2803.

LAMOSO, Lisandra Pereira. **Spatial productivity and commodity, Mato Grosso do Sul – Brazil.** Mercator, Fortaleza, v. 17, may 2018. ISSN 1984-2201. Available at: http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/rm170012.
doi: https://doi.org/10.4215/rm2018.e17012. Acesso em 03 fev. 2023.

SANTOS, R. S. **Estado, políticas públicas e agronegócio na Amazônia Legal**: uma análise a partir dos conflitos socioterritoriais. Ciência Geográfica, v. XXIV, p. 1398-1417, 2020.

SILVA, C. A.; FIALHO, E. S.; ROCHA, V. M. Uma visão social sobre o clima e seus significados nas paisagens climáticas dos lugares, o Pantanal/Brasil no contexto das

mudanças climáticas. In: OLIVEIRA-COSTA, Jorge Luis P.; ZACHARIAS, Andréa Aparecida; PANCHER, Andréia Medinilha (Orgs.). **Métodos e técnicas no estudo da dinâmica da paisagem física nos países da CPLP - Comunidade dos Países de Expressão Portuguesa**. 1ed.Málaga-España: EUMED, 2022, p. 49-76. Disponível em https://www.eumed.net/uploads/libros/a897792b8dcea0f25ad9f57bc006eb50.pdf. Acesso em: 15 jan. 2023.

OLIVEIRA, A. F. de.; FERREIRA, R. C.; BARREIRA, C. C. M. A. **Contornos da fronteira capitalista no século XXI**: um olhar sobre o Cerrado e a Amazônia. Caminhos de Geografia (UFU), Edição especial – I CIGEO-DR, p. 76-88, 2000.

WALTER, B. M. T.; VIEIRA, R.F. ; NORONHA, S. E. A região Centro-Oeste. In: Roberto Fontes Vieira, Julcéia Camillo, Lidio Coradin. (Org.). **Espécies nativas da flora brasileira de valor econômico atual ou potencial**: Plantas para o Futuro: Região Centro-Oeste. 1ed.Brasília, DF: MMA, 2018, v 1, p. 67-90. Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/FIGURA-4-Mapa-da-Regiao-Centro-Oeste-indicando-os-quatro-principais-biomas-e-limites-com_fig1_318795639. Acesso em: 20 jan. 2023.

Recebido em fevereiro de 2023.

Revisão realizada em março de 2023.

Aceito para publicação em maio de 2023.